

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.374 - SP (2019/0302650-2)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : JONAS FERREIRA DE ARAUJO
ADVOGADO : JONAS FERREIRA DE ARAÚJO - SP320165
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ROBERT DA SILVA SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

ROBERT DA SILVA SOUZA alega sofrer coação ilegal em seu direito a locomoção, decorrente de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** no Habeas Corpus n. 2188264-06.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante pela suposta prática do delito de tráfico de drogas. Em audiência de custódia, o Magistrado de origem converteu o flagrante em prisão preventiva.

Requer, liminarmente, a expedição de alvará de soltura, por ausência de fundamentação idônea e por não estarem presentes os requisitos para a manutenção da segregação preventiva imposta ao paciente.

Decido.

Dúvidas não há de que o deferimento da liminar é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de flagrante ilegalidade e em que evidenciados o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

Da análise dos autos, ao menos em um juízo perfunctório, verifico que o pedido formulado reveste-se de plausibilidade jurídica, **razão pela qual deve ser deferida a medida de urgência.**

O Juiz de primeiro grau assim fundamentou o decreto preventivo (fl. 71, destaquei):

A defesa pede o relaxamento da prisão pela falta de poderes da guarda municipal.

Trata-se de questão mais ideológica que jurídica. Fato é que as guardas prestam serviços mais que relevantes, algumas atuando até em tarefas típicas de polícias militares, dado certo vácuo estatal.

Depois, argumenta a defesa que o autuado não estaria em situação de flagrante. Ora, estava ele com boa quantidade de drogas e dinheiro, indicativas de comércio de drogas. Negou que consumisse e disse ser viciado, usando tanto maconha como cocaína. Como ocupação, disse ser vendedor de produtos nos trens da CPTM. Existe toda uma série de profissões citadas para tentar justificar, de alguma forma, uma inserção no mundo do trabalho.

Estão presentes os requisitos para conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva, **considerando a gravidade em concreto do fato narrado, a presença de indícios de autoria e prova da materialidade. O crime é equiparado a hediondo e as matérias de direito levantadas em favor do custodiado serão analisadas no momento oportuno, além da análise aqui feita.**

Além disso, a prisão é necessária para garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal, considerando ainda que não há prova de exercício de atividade lícita e residência fixa, o que **poderá ser reavaliado pelo juízo da causa.**

Entendo que as medidas alternativas à prisão não são suficientes para acautelar o processo, de forma que determino a expedição de mandado de prisão.

Assim, converto a prisão em flagrante em prisão preventiva. Expeça-se mandado de prisão.

A Corte estadual, por sua vez, manteve a segregação cautelar, nos seguintes termos (fls. 28-31, grifei):

Consta dos autos que, em 24 de agosto de 2019, às 12h27, na Rua Urano, 172, Vila Eunice, Jandira/SP, Robert trazia, para fins de tráfico, **12 porções de cocaína e 2 porções de maconha**, sem autorização e em desacordo com a determinação legal e regulamentar.

Segundo apurado, guardas municipais realizavam patrulhamento pelo local dos fatos quando, após avistarem Robert saindo de uma viela, efetuaram a abordagem do indivíduo.

Em revista pessoal, foram encontradas, em um saco plástico azul na calça do paciente, as drogas supramencionadas, bem como a quantia de R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) em espécie.

De acordo com as informações prestadas pela i. autoridade coatora, o paciente encontra-se preso deste 24 de agosto de 2019, sendo que a prisão em flagrante foi

convertida em preventiva em 25 agosto de 2019, por ocasião do plantão judicial.

Consta, ainda, nas informações prestadas às fls. 56/58 que, no momento, os autos encontram-se em fase de procedimento investigatório.

O juízo *a quo* houve por bem converter a prisão em flagrante em prisão preventiva, eis que presentes os indícios de autoria e prova da existência do crime, entendendo o juízo *a quo* que a custódia seria necessária para garantia da ordem pública e aplicação da lei penal, tendo em vista, ainda, que não havia prova de exercício de atividade lícita e residência fixa (fls. 23/24 dos autos originais, de nº 1502343-54.2019.8.26.0542).

Destacou que o fato de a prisão do paciente ter sido realizada por guardas municipais não ensejava o relaxamento da prisão, uma vez que “as guardas prestam serviços mais que relevantes, algumas atuando até em tarefas típicas de polícias militares, dado certo vácuo estatal”.

Outrossim, reforçou a situação flagrancial em que estava o paciente no momento de sua prisão, uma vez que portava drogas e dinheiro, indicativos de comércio ilegal de entorpecentes.

Assim, não se vislumbra qualquer nulidade ou desproporcionalidade nas r. decisões que converteu a prisão em flagrante em preventiva e indeferiu a revogação da cautelar, pois se encontram devidamente fundamentadas e respaldadas em elementos concretos, mormente pela natureza do delito de tráfico ilícito de entorpecentes, bem com pelas circunstâncias em que ocorreu o flagrante, permanecendo inalterados os motivos que ensejaram sua custódia cautelar.

Em que pese os argumentos da defesa, a materialidade está comprovada notadamente pelo boletim de ocorrência (fls. 6/7 dos referidos autos) e pelo laudo do exame químico-toxicológico (fls. 85/87 dos referidos autos) e há sérios indícios de autoria a justificar a persecução criminal e a custódia cautelar.

O crime de tráfico de drogas, cometido em tese pelo paciente, é grave e recomenda a segregação cautelar para a garantia da ordem pública, tendo em vista que, no presente caso, a manutenção da prisão decorre da presença dos requisitos autorizadores da prisão preventiva, previstos nos artigos 312 e 313, do Código de Processo Penal.

Há, por ora, indícios suficientes acerca do envolvimento do paciente com o tráfico ilícito de drogas, eis que detido porque guardava maconha e cocaína, droga de alto potencial lesivo aos usuários.

Assim, *in casu*, a sua custódia decorre das circunstâncias concretas do caso, justificadoras da necessidade da segregação cautelar para garantia da ordem pública, consistentes na espécie e acondicionamento das drogas apreendidas, tudo a revelar maior reprovabilidade da conduta, indicando ser necessário o encarceramento para manutenção da ordem pública, não havendo que se falar em desproporcionalidade da medida.

Os pressupostos para aplicação da medida extrema encontram-se devidamente preenchidos no presente caso, tais como a prova da existência do crime, indícios sérios de autoria, nos termos dos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal.

Ademais, não é o caso de aplicação das medidas cautelares eis que conforme o artigo 282, § 6º, do Código de Processo Penal, “a prisão preventiva será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar (art. 319).” E tal se dá porque presentes ao menos um dos requisitos do artigo 312, *caput* e art. 313, inciso I, ambos do Código de Processo Penal, o que faz com que a aplicação de medida cautelar diversa da prisão seja ineficaz ou inadequada, sendo caso de decreto da prisão preventiva, mormente quando se tratar de tráfico de drogas, crime equiparado a hediondo punido com pena privativa de liberdade superior a 4 (quatro) anos.

Anote-se ainda que eventuais condições pessoais favoráveis do paciente, como residência fixa e ocupação lícita, não são garantidoras de eventual direito de liberdade quando os elementos constantes dos autos recomendam a manutenção da custódia cautelar, presentes os requisitos da prisão preventiva, previstos no artigo 312, do Código de Processo Penal.

Dessa forma, a custódia cautelar é de ser mantida, máxime pela necessidade de garantia da ordem pública e aplicação da lei penal, profundamente afetada pelo crescente tráfico de drogas.

Diante do exposto, não se vislumbra qualquer constrangimento ilegal a ser amparado no presente *writ*.

A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre

Superior Tribunal de Justiça

sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém **deve**, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito – o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas –, **ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela**, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

Apoiado nessa premissa, observo que **não são bastantes as razões invocadas pelo Juízo singular para embasar a ordem de prisão do paciente**, porquanto **deixou de contextualizar, em dados concretos dos autos, o *periculum libertatis***.

Pelo trecho acima transcrito, verifico que o Magistrado de primeiro grau entendeu devida a prisão preventiva do investigado, com base tão somente na **gravidade abstrata do delito de tráfico ilícito de entorpecentes, bem como em argumentos genéricos, tais como**: "O crime de tráfico de drogas, cometido em tese pelo paciente, é grave e recomenda a segregação cautelar para a garantia da ordem pública" (fl. 30), "a prisão é necessária para garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal, considerando ainda que não há prova de exercício de atividade lícita e residência fixa" (fl. 71), "a custódia cautelar é de ser mantida, máxime pela necessidade de garantia da ordem pública e aplicação da lei penal, profundamente afetada pelo crescente tráfico de drogas" (fl. 30).

Percebe-se, portanto, que o Magistrado *a quo* e o Tribunal de origem não apontaram **nenhum elemento concreto** a fundar essas conclusões e a demonstrar que, efetivamente, o paciente, solto, pudesse colocar em risco a ordem pública, a instrução criminal, ou mesmo se furtar à aplicação da lei penal.

Ademais, a quantidade de drogas apreendidas – 12 porções de cocaína, com peso bruto de 21 g, e 2 porções de maconha, com peso bruto de 4g – não pode ser considerada expressiva a ponto de evidenciar a gravidade em concreto da conduta que lhe é imputada.

Assim, ao menos à primeira vista, entendo evidenciados os requisitos que justificam o deferimento da medida de urgência, quais sejam, o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

À vista do exposto, **defiro a liminar** apenas para assegurar ao paciente que aguarde em liberdade o julgamento final deste habeas

Superior Tribunal de Justiça

corpus, de modo que deve ser colocado em liberdade, se por outro motivo não estiver preso.

Fica, no entanto, ressalvada **a possibilidade de nova decretação da prisão preventiva, se efetivamente demonstrada sua concreta necessidade, ou de imposição de medida cautelar alternativa, nos termos do art. 319 do CPP.**

Comunique-se, com urgência, o inteiro teor dessa decisão ao Juízo de primeiro grau e à autoridade apontada como coatora, solicitando ao primeiro o envio dos elementos indispensáveis à análise do alegado na impetração, em especial de notícias atualizadas acerca do andamento do processo.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**